

DARWINISMO SOCIAL E ANTI-SEMITISMO

O CASO PORTUGUÊS*

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES**

Resumo: Procura-se neste texto não tanto apresentar um estudo monográfico original sobre a problemática delimitada, mas propor um balanço acerca da produção historiográfica relativa ao fenómeno do antisemitismo em Portugal na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX; aventar uma hipótese interpretativa diferente da leitura dominante; elencar e contextualizar alguns exemplos que poderão ajudar a confirmar a teoria explicativa defendida.

Assume-se no presente trabalho que também entre nós se verificou a presença marcante de mundividências darwinistas sociais, de preocupações nacionalistas, de valores e práticas antisemitas. Justifica-se, nomeadamente, lembrar que Portugal conheceu, durante três séculos, políticas sistemáticas de destruição das respectivas comunidade e cultura judaicas.

Palavras-chave: Antisemitismo; Darwinismo social; Nacionalismo; Revisionismo.

Abstract: The purpose of this paper is not so much to deliver an original monograph on the subject matter at hand, but rather to take stock of historiographical production on the phenomenon of anti-Semitism in Portugal in the second half of the 19th century and the first half of the 20th; to submit a different interpretation from the predominant reading; to list and contextualise some examples which may help support the theory sustained.

The paper assumes that also amongst us we can detect the marked presence of social Darwinian views, nationalist concerns, and anti-Semitic values and practices. One needs only recall that over three centuries, Portugal implemented systematically policies of destruction of its Jewish community and culture.

Keywords: Anti-Semitism; Social Darwinism; Nationalism; Revisionism.

INTRODUÇÃO

Procura-se neste texto não tanto apresentar um estudo monográfico original sobre a problemática delimitada – ou sobre algum dos seus subtemas –, mas propor um balanço acerca da produção historiográfica (nacional e estrangeira) relativa ao fenómeno do anti-semitismo em Portugal e em outros países na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX (ALMEIDA, 2001; BANKIER, 2001; BROWNING, 1998; BRUCHFELD & LEVINE, 2000; CARNEIRO, 2001; JOLL, 1982; MARTINS, 2004; *Mino-rias étnicas e religiosas em Portugal* [...], 2003; PAIVA & MARCOCCI, 2013; PIMENTEL, 2008; ROHR, 2008; VITAL, 2009; WINOCK, 1982); aventar uma hipótese interpretativa diferente da leitura dominante; elencar e contextualizar alguns exemplos que poderão ajudar a confirmar a teoria explicativa defendida.

Correndo, embora, o risco de simplificar, dir-se-ia que, até ao final da década de 1990, a generalidade dos poucos estudos de cariz historiográfico e dos registos de natureza memorialística ou ficcional publicados retratavam o Portugal contemporâneo como sendo um espaço de quase ausência de discursos e de práticas anti-semitas. Para além de a comunidade judaica ser de reduzida dimensão e de estar bem integrada nas camadas

* Texto da comunicação apresentada à Conferência Internacional «Portugal e o Holocausto» (Lisboa, 29 e 30 de Outubro de 2012, organização da Embaixada dos EUA em Lisboa, FLAD e FCG).

** FLUC e CEIS20 da UC. Email: jpavelas@fluc.pt.

médias e superiores da nossa sociedade, os sectores modernizadores das elites lusas defenderiam ideias filosemitas e as correntes conservadoras ou tradicionalistas – predominantemente católicas – ficar-se-iam por um anti-judaísmo difuso.

Em acréscimo a esta vertente sociocultural, o facto de, no âmbito do sistema de relações internacionais vigente até ao fim da Segunda Guerra Mundial, Portugal integrar inevitavelmente a «esfera de influência» britânica teria contribuído para que o Estado e a «sociedade civil» lusos se abstivessem de concretizar iniciativas anti-semitas. Uma tal permanência acompanharia regimes de tipo liberal conservador, demoliberal, autoritário e totalitário. O comportamento do Estado Novo durante a década de 1930, ao longo da Segunda Guerra Mundial e face ao Holocausto reforçaria a validade da análise produzida.

Defende-se no presente trabalho que, ao contrário do que é muitas vezes assumido relativamente a esta e a outras problemáticas (por exemplo o feudalismo, a escravatura, o racismo, o fascismo e o estalinismo), a realidade portuguesa não é significativamente diferente do ocorrido na generalidade dos países ocidentais e ocidentalizados, verificando-se, neste caso, a presença marcante de mundividências darwinistas sociais, de preocupações eugénicas, de valores e práticas anti-semitas. Tal como em todas as situações históricas concretas, também o modo como entre nós esses fenómenos se verificaram dependeu de um conjunto específico de condicionalismos que acarretou determinados graus de similitude e de dissemelhança por comparação com o sucedido em contextos diferentes.

Justifica-se, nomeadamente, lembrar que Portugal conheceu, durante três séculos, políticas sistemáticas de destruição – envolvendo o Estado, a Igreja Católica e a «sociedade de Ordens» – das respectivas comunidade e cultura judaicas; que mesmo depois da entrada na contemporaneidade a comunidade judaica lusa nunca chegou a atingir uma dimensão quantitativamente significativa; que até à Primeira República a assunção da identidade cultural judaica foi apenas tolerada; que nas décadas de 1930 e 1940 o Estado Novo lidou de forma no mínimo «defensiva» com os *dossiers* «Resgate dos Marranos» e «refugiados judeus».

A terminar a presente Introdução, afirma-se que, mau grado o facto de, excepção feita aos processos da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, a historiografia ter dedicado até ao momento relativamente pouca atenção ao estudo do anti-semitismo em Portugal na Época Contemporânea, é já possível identificar inúmeros indícios e núcleos documentais que permitem antever uma alteração decisiva da situação vivida até recentemente. Ou seja, não só foram reconstituídos e interpretados fenómenos de anti-semitismo, como se têm vindo a referenciar núcleos documentais já utilizados para estudar outras temáticas onde afinal também existe muita informação sobre ideários, mundividências e comportamentos anti-semitas e filosemitas.

Visando, apenas, elencar alguns exemplos de documentação pertinente, referem-se correspondência de instituições públicas e de organizações privadas (político-administrativa, diplomática e militar/policial, da Igreja e da «acção católica», de organizações judaicas nacionais e estrangeiras, de organizações empresariais e sindicais, de organizações políticas e de colectividades), jornais e revistas dos mais variados horizontes ideológicos e confessionais, monografias e obras colectivas – de cariz científico, memorialístico

ou ficcional –, manuais e sebtas escolares, testemunhos orais e expressões idiomáticas; a polémica em torno do «affaire Dreyfus», o peso do anti-semitismo nas estratégias de combate à Primeira República, a polémica em torno da «colonização judaica de Angola», a polémica e possíveis situações de anti-semitismo social em torno do «Resgate dos Marranos», a polémica em torno da dicotomia «arte nacional» *versus* «arte moderna», a postura face à «colonização judaica da Palestina» e perante a criação do Estado de Israel.

MODELO TEÓRICO E HIPÓTESE INTERPRETATIVA

O pressuposto teórico que assegura coerência a este trabalho exploratório é o de que, entre meados do século XIX e meados do século XX, em Portugal como nos outros países ocidentais ou ocidentalizados, a grande maioria dos indivíduos com acesso à cultura erudita entendeu o Mundo a partir de uma grelha interpretativa e valorativa designada como darwinismo social (BROWNING, 2004; CLEMENTE & FERREIRA, 2001; HAWKINS, 1998; NINHOS, 2011; NUNES, 2011; PEREIRA, 2001; PIMENTEL, 1998a). De acordo com essa mundividência difusa de cariz cientista, cada ser humano, cada subgrupo sexual ou socioprofissional e cada grupo humano («Povo» ou «Raça», «Cultura» ou «Civilização») integrava-se numa escala de superioridade e inferioridade relativas, geradora de uma «hierarquia natural».

Como todos os cientismos, também o darwinismo social está longe de derivar substancialmente das propostas, quer de Charles Darwin, quer dos outros estudiosos da história natural defensores da teoria evolucionista. Trata-se de um horizonte ideológico que procura utilizar o prestígio da ciência para legitimar determinadas propostas de caracterização e governação das sociedades humanas. Assumiu cambiantes diferentes consoante os vectores ideológicos pelos quais foi cooptado e configurado; de acordo com os locais e os tempos sociais em que foi gerado: atribuição de maior peso aos aspectos físicos ou aos culturais; valorização acrescida da competição entre indivíduos, entre subgrupos sexuais ou socioprofissionais, entre «Povos» ou «Raças», entre «Culturas» ou «Civilizações»; ênfase na manutenção dos equilíbrios existentes – apresentados como decorrendo da «evolução natural» – ou na sua alteração mais ou menos radical (de forma a erradicar patologias e a reintroduzir a «ordem natural»).

Torna-se, assim, possível referenciar discursos, propostas e comportamentos darwinistas sociais modernizadores, conservadores ou tradicionalistas; liberais, organicistas ou socialistas; agnósticos ou religiosos; confiantes na auto-regulação da natureza ou defensores da necessidade da intervenção humana (segregacionistas ou genocidários); confiantes na possibilidade de, através da aculturação, ultrapassar total ou parcialmente limitações de origem física ou defensores da inalterabilidade das características físico-culturais originárias; focalizados num âmbito nacional ou ambicionando influenciar a governação a uma escala global.

Numa época em que o nacionalismo, o colonialismo e a quase ausência de garantias jurídico-institucionais relativamente à soberania dos pequenos e médios países tornavam decisivas questões como a «qualidade» do «património rácico» de cada «povo» e o res-

pectivo grau de homogeneidade, como a «grandeza» da «identidade histórica» de cada Estado e o respectivo património cultural, a aplicação de uma grelha valorativa de matriz darwinista social poderia legitimar a manutenção ou a perda da independência; a ampliação, a continuidade ou a interrupção do estatuto de potência colonial («civilizadora» porque «civilizada», fundadora da «ordem» porque integrante de «indivíduos racialmente superiores»).

De igual modo, à escala nacional, numa conjuntura de reforço dos níveis de integração política e jurídica, o ampliar das tensões em torno, tanto das desigualdades sociais e de género, como das minorias étnicas e religiosas («rácicas») atribuíram centralidade às narrativas darwinistas sociais. A criminalidade, a mendicidade, o alcoolismo e a pobreza resultariam, não de uma estrutura socioeconómica injusta que seria necessário alterar mas da desigual qualidade do património físico e intelectual de cada indivíduo. A mesma lógica se aplicaria às diferenças – «naturais» e, portanto, também inevitáveis – entre os estatutos de homens e de mulheres. Sendo, por definição, estranhos ao «povo», à Nação e ao Estado, os membros das minorias étnicas e religiosas constituiriam necessariamente uma dificuldade. A gravidade do problema dependeria do «património rácico» em causa («superior» ou «inferior», «benigno» ou «maligno»), da disponibilidade para a aculturação, da atitude de países vizinhos ou das grandes potências face às referidas minorias.

Tendo surgido no século XIX, o anti-semitismo, é simultaneamente, uma das concretizações do darwinismo social e, ele próprio, uma ideologia de interpretação global da evolução das sociedades contemporâneas tendo «os judeus» como actor fundamental. Distingue-se do anti-judaísmo dos períodos medieval e moderno quando atribui maior ênfase às características supostamente universais, intrínsecas e inultrapassáveis da «raça» (contributo do darwinismo social como cientismo); quando responsabiliza «os judeus» – encarados como «um povo», entidade homogénea e auto-consciente independentemente do grau de hetero ou auto-segregação, integração ou assimilação de cada indivíduo em cada Estado-Nação – pela generalidade dos fenómenos tidos como negativos ocorridos desde a desagregação das sociedades de Antigo Regime (à escala nacional e mundial).

Por um lado, a atribuição de um peso acrescido às supostas «características rácicas dos judeus» reforçou a probabilidade de surgimento e de concretização de modalidades particularmente violentas de segregação ou, mesmo, de «soluções finais» genocídrias. Complementarmente, o progressivo fim das «sociedades de Ordens» nos países ocidentais e ocidentalizados e o reconhecimento formal da igualdade jurídica a todos os cidadãos – o fim dos «guetos» – viabilizou a divulgação de narrativas segundo as quais «os judeus» se teriam «infiltrado», ampliado o seu poder e delineado uma estratégia de domínio do Mundo. Fá-lo-iam, quer monopolizando sectores de actividade estratégicos (banca e seguros, ensino superior, comunicação social, advocacia, etc.), quer promovendo ideais, organizações e práticas destrutivos e aparentemente contraditórios como a ortodoxia religiosa judaica e o agnosticismo, o nacionalismo judaico e o internacionalismo, o liberalismo e o socialismo, o militarismo e o pacifismo, o capitalismo plutocrático e o colectivismo, a Maçonaria e os sindicatos ou os partidos revolucionários.

Se se confirmar a operatividade da grelha teórica que acabou de ser explicitada,

torna-se possível colocar a hipótese de que no Portugal contemporâneo seria impossível não terem existido concepções e posturas anti-semitas. Antes de mais, porque as concepções darwinistas sociais foram hegemónicas entre as nossas elites durante os quase cem anos em apreço. Depois, porque a cultura erudita lusa foi fortemente influenciada pelos fenómenos político-ideológicos e filosófico-estéticos ocorridos em países mais desenvolvidos onde o anti-semitismo teve uma presença marcante. Finalmente, porque o nosso país manifestou (e continua a apresentar) significativas dificuldades em lidar com a modernidade, gerando consequentemente explicações para esses insucessos – totais ou parciais, absolutos ou relativos, reais ou imaginários – e para essas recusas ou condenações (conservadoras ou tradicionalistas).

Quanto à longa tradição de anti-judaísmo violento em Portugal até ao início do reinado de D. José I ou, mesmo, até à vitória definitiva dos liberais sobre os absolutistas (1834), é possível, em abstracto, considerá-la, tanto um condicionalismo em favor do surgimento, entre nós, de fenómenos de anti-semitismo, como de manifestações de filosemitismo. No primeiro caso, estar-se-ia perante a reprodução actualizada de valores e práticas ancestrais, fenómeno comum nas sociedades humanas. No segundo caso, justificaria a atribuição à intolerância étnico-religiosa de parte das responsabilidades pelo atraso económico, social e cultural em que o país se encontrava, devendo a modernização passar pela reconstituição de uma comunidade judaica lusa e pelo estabelecimento de contactos com outras comunidades sefarditas espalhadas pelo Mundo.

A APARENTE EXCEPÇÃO PORTUGUESA

Um dos principais argumentos de natureza empírica invocados por quem tem defendido a irrelevância do anti-semitismo português é o da exiguidade da comunidade judaica constituída em Portugal a partir do final do século XVIII e início do século XIX. Para além do mais, a quase totalidade dos membros da referida comunidade ter-se-ia concentrado em Lisboa; alcançou um estatuto social médio ou elevado; encontrou apoio na Comunidade Israelita de Lisboa (CIL), respeitada pelo poder político; era de origem sefardita (herdeira dos judeus e «cristãos-novos» expulsos ou fugidos da Península Ibérica nos séculos XV a XVIII).

Não negando validade parcial a alguns destes dados, talvez seja pertinente considerar que, na Época Contemporânea, a «comunidade judaica portuguesa» integra, pelo menos, três segmentos diferentes e uma maior dimensão quantitativa: os judeus com uma formação cultural judaica plena (por norma de origem estrangeira e gozando muitas vezes do estatuto de dupla nacionalidade), os «cripto-judeus» – cidadãos portugueses de origem judaica que regressaram secretamente a uma vivência cultural judaica plena, muitas vezes com o apoio da CIL – e os «marranos» (cidadãos portugueses sobreviventes a séculos de discriminação e perseguição, portadores de uma cultura judaica secreta, parcelar e sincrética).

Poder-se-ão, ainda, considerar relevantes para o estudo do anti-semitismo informações como a de que, entre as Invasões Francesas e o fim da Segunda Guerra Mundial, em

Portugal viveram e para o nosso país emigraram ou pelo nosso país passaram judeus sefarditas e asquenazis; ortodoxos, reformistas e agnósticos; apolíticos, de esquerda, de centro e de direita; empresários, profissionais liberais e trabalhadores por conta de outrem. Para além de Lisboa, existiam já ou formaram-se comunidades judaicas nos Açores, no Algarve, no Porto, no interior centro e norte do território continental. Esteve longe de ser unanimemente positiva a imagem dos judeus sefarditas e dos «cristãos novos» veiculada através da produção historiográfica, do sistema de ensino e dos outros vectores de estruturação da «memória histórica nacional».

Semelhantes cautelas metodológicas devem também ser adoptadas quando se analisa a tese segundo a qual o anti-semitismo quase não teria expressão em Portugal na contemporaneidade uma vez que, por influência do sucedido nos séculos anteriores, se assistiria a um predomínio de um anti-judaísmo não sistémico. Acrescentam os proponentes da referida teoria que o anti-judaísmo se diferenciaria claramente do anti-semitismo. Focalizar-se-ia, apenas, na «malignidade» decorrente da prática da religião judaica (superável através da conversão ao catolicismo). Atribuiria, ainda, aos judeus, quer a responsabilidade crónica por outros pequenos crimes, quer defeitos físicos e morais ultrapassáveis ou superficiais.

Estudos vários têm, no entanto, chamado a atenção para o facto de, nos períodos medieval e moderno, mesmo sem a pseudo-legitimação do darwinismo social, o anti-judaísmo conjugar as falhas de natureza religiosa e moral – em teoria solucionáveis por vontade dos próprios – com as características físicas (mais tarde designadas «rácicas»), intrínsecas e responsáveis pelos problemas de natureza cultural. A comprovar esta leitura está a longa separação entre «cristãos velhos» e «cristãos novos», as modalidades de vigilância e discriminação a que os segundos estavam sujeitos, bem como a importância fundamental assumida pelos «atestados de limpeza de sangue».

Mesmo os crimes supostamente associados aos judeus alcançariam, na perspectiva da mundividência antijudaica, uma dimensão e uma sistematicidade alarmantes, que em grande parte inviabilizariam o respectivo convívio com as «comunidades cristãs». Estariam em causa, nomeadamente, o apoio a Estados inimigos «da Cristandade», o envenenamento de poços e fontes, o assassinato ritual de crianças cristãs, a profanação de templos e de alfaias litúrgicas cristãos, a prática da usura. De entre os supostos defeitos morais e físicos, destacavam-se o ódio ao cristianismo e aos cristãos, a cobardia e a recusa em participar em actividades militares, a preguiça e a tendência para a expropriação da riqueza ou do trabalho alheios, a dissimulação e a vontade de enganar os cristãos, o excessivo apetite sexual e a falta de higiene, o nariz adunco e vestígios de cauda na extremidade inferior da coluna vertebral (CANELO, 1996; CRUZ, 1998; FRANCO, 1999; FRANCO, 2002; GARCIA, 1993; MUCZNIK, 2009; PARNES, 2002; PIMENTEL, 1999; SCHAFFER, 2002).

Também o comportamento do Estado Novo e da «sociedade civil» lusa durante a conjuntura da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto podem ser interpretados de forma diferente. Para alguns intervenientes no debate, reforça-se a validade da teoria da quase ausência de anti-semitismo uma vez que Portugal não publicou legislação discriminatória contra os judeus portugueses ou estrangeiros, não defendeu publicamente as

perseguições ou o genocídio, permitiu a passagem de refugiados judeus pelo seu território, viabilizou a intervenção directa e indirecta de organizações internacionais de auxílio e disponibilizou «zonas de residência fixa» que nada tinham a ver com as condições de campos de concentração.

Em alternativa, outros estudiosos remetem para os pressupostos explicitamente anti-semitas utilizados na correspondência oficial por governantes e responsáveis de organizações do regime, por muitos diplomatas e graduados da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE); para o esforço sistemático, concretizado a partir de 1938, de tentar impedir a entrada em Portugal de refugiados de origem judaica; depois da iniciativa de Aristides de Sousa Mendes e face à pressão dos países anglo-saxónicos, para que o essencial dos refugiados judeus não se fixasse entre nós e saísse o mais rapidamente possível do país; para a não condenação do Holocausto, quer por parte do Estado, quer da Igreja e da Acção Católica Portuguesa, que se limitaram a vagas referências a «excessos cometidos», que destacaram casos de judeus convertidos ao catolicismo, que reconheciam quase sempre as características negativas «dos judeus» e a «culpa» parcial das vítimas pela violência que sobre elas era exercida (AFONSO, 1990; MUCZNIK, 2009; MÜHLEN, 2012; PIMENTEL, 1998b; PIMENTEL, 1999; PIMENTEL, 2008, PIMENTEL & NINHOS, 2013; *Vidas poupadas* [...], 2002).

ANTI-SEMITISMO NUM PAÍS SEM «QUESTÃO JUDAICA»

Sendo indiscutível que Portugal não teve, nos séculos XIX e XX, uma comunidade judaica de grande dimensão, violência de Estado em larga escala contra cidadãos de origem judaica ou situações frequentes de violência social contra judeus, como justificar a plausibilidade da existência de um volume significativo de discursos e comportamentos anti-semitas? A explicação para esse fenómeno decorreria da influência, tanto dos paradigmas do darwinismo social e do nacionalismo em geral, como da frequência com que narrativas anti-semitas serviam de escape para o sofrimento, as angústias e os conflitos de interesses inerentes à modernização das sociedades contemporâneas tal como os mesmos eram vividos pela generalidade das correntes políticas (com destaque para a extrema-direita).

Logo no início do século XIX, durante as Invasões Francesas, nomeadamente em Trás-os-Montes, portugueses de origem judaica («marranos») foram vítimas de violência colectiva por parte de outros populares que, sob a liderança de sacerdotes católicos, os acusavam de conivência com os invasores e de ligação à Maçonaria. Já depois da implantação do regime liberal conservador entre nós, comerciantes açorianos procuraram organizada e persistentemente eliminar a concorrência de vendedores ambulantes judeus recentemente emigrados para o arquipélago argumentando junto das autoridades que, por se tratar de «israelitas», deveriam ser expulsos das ilhas e de todo o território nacional.

No último quartel de oitocentos e no início de novecentos (1894-1906), o Portugal com acesso à cultura escrita viveu com grande intensidade a factualidade e as repercussões político-ideológicas do «*affaire Dreyfus*». À semelhança do sucedido em França, o que esteve em causa entre nós foi, sobretudo, o julgamento «dos judeus» enquanto entidade

colectiva supostamente responsável pela generalidade das disfunções das sociedades contemporâneas, deliberadamente inoculadas para garantir o futuro domínio do Mundo pela «raça maldita». Durante esse mesmo período, muitos dos principais romancistas lusos – com destaque para Eça de Queirós – e das organizações sindicais retratavam «o judeu» coevo como «banqueiro ganancioso e especulador».

À luz da mais recente produção historiográfica, as oposições monárquica e republicana à Primeira República demoliberal foram sofrendo um processo de radicalização à direita do qual fez parte o anti-semitismo ideológico (retrospectivo e sobre a actualidade). Numa primeira e incipiente abordagem, foi já possível identificar manifestações dessa evolução no Integralismo Lusitano (com realce para António Sardinha) e em outras organizações de extrema-direita, em Mário Saa e Paulo de Tarso, nos debates acerca da negociação pelo Estado português de um acordo que levaria à colonização de parcelas do território de Angola por emigrantes russos de origem judaica (1912), com a publicação em 1923 dos *Protocolos dos Sábios de Sião*, na historiografia e no ensino superior da história, na produção de discurso antropológico e no ensino superior da antropologia, em publicações da Igreja e da «acção católica», em publicações das maiores associações patronais (AZEVEDO, 1921; MACHADO & NUNES, 1928; MARTINS, 2006; MARTINS, 2010; MEA & STEINHARDT, 1997; MEDINA, 1987/1988; MEDINA, 1994; NUNES, 1993; NUNES, 1995; PERALTA, 1928; PEREIRA, 1928; PIMPÃO, 1928; SAA, 1925; SANTOS, 2005; SANTOS, 2010; SARDINHA, 1915; SEQUEIRA & PEIXOTO, 1923).

Durante a Ditadura Militar e nos primeiros anos do Estado Novo, verificou-se a estabilização desta tendência, não sendo conhecidas personalidades, instituições, organizações ou publicações periódicas que se assumissem como essencial ou exclusivamente anti-semitas. O processo mais marcante e que se encontra ainda em grande parte por estudar é o do «Resgate dos Marranos» e de situações de anti-semitismo social eventualmente surgidas em torno do mesmo. Referenciam-se, ainda, a título apenas exploratório, João Ameal e Alfredo Pimenta, Joaquim Alberto Pires de Lima e António Serras Pereira, o Movimento Nacional-Sindicalista e o jornal monárquico *A Voz*, a historiografia e o ensino da História, o discurso antropológico e o ensino superior da antropologia, publicações da Igreja e da Acção Católica Portuguesa (incluindo a «acção social católica»), publicações de organizações milicianas do regime, jornais comerciais e publicações das associações patronais generalistas, o debate sobre a escolha entre «arte moderna» e «arte nacional».

Caracterizando-se por alguma homogeneidade, os vários contributos para a configuração deste anti-semitismo difuso do Estado Novo começavam por apoiar as decisões de D. Manuel I e de D. João III de expulsão e conversão forçada dos judeus, de criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Ter-se-ia, dessa forma, evitado o domínio de Portugal e do seu Império pelos «israelitas» ou, pelo menos, a irreversível contaminação física e moral da população cristã pela minoria judaica (à qual se somava a minoria muçulmana). Invocavam-se, também, em simultâneo argumentos de cariz «culturalista» e «racista», religioso e político-ideológico, nacionalista e «civilizacional»: os judeus seriam amorais e gananciosos, fisicamente inferiores, anti-cristãos e subversivos, traido-

res às pátrias de acolhimento e força de trabalho concorrente em situação de crise, «orientais» e estranhos à «Civilização Ocidental».

Relativamente a Portugal, a pequena comunidade israelita existente respeitaria «a matriz cristã do país e os princípios do Estado Novo»; a não imigração de grandes quantitativos de judeus seria a melhor garantia contra o regresso dos «inevitáveis e justificáveis» mecanismos de «violência defensiva». As comunidades de «marranos» deveriam ser mantidas no seu tradicional isolamento e clandestinidade, não havendo quaisquer vantagens em «repatriar» ou em estabelecer contactos privilegiados com judeus sefarditas de origem portuguesa residentes em outros países. Apesar de algum desconforto face à perseguição de que eram alvo «os judeus» em países como a Alemanha, a Polónia ou a Roménia, nomeadamente daqueles que se tinham convertido ao catolicismo, reconhecia-se que as comunidades israelitas em causa constituíam um problema grave – quebra da unidade nacional, monopolização de determinadas actividades, divulgação de ideias malignas –, que deveriam ser tomadas medidas discriminatórias e segregacionistas de protecção.

Muitas das situações de disfunção e de conflito ocorridas na Europa e no Mundo desde meados do século XVIII – para já não falar do Renascimento e da Reforma – dever-se-iam às actividades dos judeus, abertamente ou sob a cobertura de organizações que dominariam (Maçonaria, partidos políticos e sindicatos “subversivos”). Elencavam-se, a este propósito, entre diversos outros fenómenos históricos, os ideários e as revoluções liberais, demoliberais, democráticas e socialistas; as Invasões Francesas, o laicismo e o anticlericalismo, a co-educação e o feminismo, as manifestações artísticas (culturais em geral) «desnacionalizadoras e degeneradas», a traição de que foram alvo os Impérios Centrais na fase final da Primeira Grande Guerra, as condições previstas nos tratados impostos no imediato pós-Primeira Grande Guerra, a especulação financeira que desencadeou a Crise de 1929 (AMEAL, [s. d.]; AMEAL, 1940; BARROS, 1993; CORREIA, 1941; LIMA, 1940; MEA & STEINHARDT, 1997; NUNES, 2010; PIEDADE, 2012; PIMENTA, 1936a; PIMENTA, 1936b; PITA, 1995; ROSAS, 1994; SANTOS, 2005; TAMAGNINI, 1944).

O ESTADO NOVO, A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E O HOLOCAUSTO

Quer em termos absolutos quer por comparação com outros países – neutrais, não-beli-gerantes, beligerantes do Eixo, beligerantes dos Aliados e ocupados –, o comportamento de Portugal face à Segunda Guerra Mundial e ao Holocausto teria sido exemplar e demonstrativo da quase ausência de anti-semitismo entre nós. As narrativas convencionais salientam as boas relações entre o regime e a CIL (envolvendo directamente António de Oliveira Salazar e Moisés Bensabat Amzalak), a permissão de entrada de refugiados de origem judaica, o acolhimento humano assegurado a essas pessoas, a recusa em deportar refugiados para o Terceiro Reich, a preocupação com os «judeus de origem portuguesa» a viver em países ocupados pela Alemanha, a autorização concedida a organizações internacionais de apoio para que interviessem em território nacional, o desconhecimento da factualidade do genocídio até 1944, a atitude de diplomatas portugueses na Hungria em

1944 quando se iniciou a deportação e o assassinato em massa dos membros da comunidade judaica magiar.

Uma vez mais, investigação produzida e divulgada nas duas últimas décadas propõe reconstituições e análises parcialmente divergentes (BANKIER & MICHAN, 2010; BREITMAN, 2001; BROWNING, 1998; FRANCO, 2006; GILBERT, 1998; GUTMAN, 2003; LOFF, 2004; LOUÇÃ, 2007; MARQUES, 2010; MILGRAM, 2003; MILGRAM, 2010; PHAYER, 2000; PIMENTEL & NINHOS, 2013; ROTHER, 2005). A cooperação entre o Governo de Oliveira Salazar e a CIL esteve dependente da adopção por parte desta de uma atitude de absoluta subordinação. Antes de tudo, através da concessão de um apoio político-ideológico ao regime, facilitado pelo facto de, entre outros, Moisés Amzalak integrar a elite da «direita das realizações», uma das correntes fundadoras do Estado Novo. Exigiu-se, igualmente, uma postura muito defensiva – ou restritiva e legalista – no que diz respeito à afirmação da identidade judaica em Portugal (veja-se o exemplo do «Resgate dos Marranos»), à defesa dos interesses e ao encontrar de soluções favoráveis aos refugiados de origem judaica e aos judeus de origem portuguesa residentes noutros países, à tomada de posições públicas sobre a violência anti-semita em geral e acerca do Holocausto em particular.

Sustentado num argumentário anti-semita, nacionalista e xenófobo produzido, nomeadamente, pela PVDE, por alguns sectores do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela Legião Portuguesa, desde 1938 o fascismo luso tentou impedir a vinda para Portugal de mais refugiados de origem judaica. Esse objectivo só foi abandonado em Junho de 1940, a partir do momento em que, contrariando a legislação em vigor e as ordens recebidas, Aristides de Sousa Mendes, Cônsul-Geral em Bordéus, concedeu vistos de entrada no nosso país a milhares de refugiados, a maioria dos quais judeus. Desde então, a principal preocupação passou a consistir na não fixação e na saída, tão rápida quanto possível, dessas pessoas de território nacional.

Indiscutível embora, mesmo o relativamente positivo enquadramento assegurado pelo Estado e pela «sociedade civil» à generalidade dos refugiados deve ser matizado. A imposição de «zonas de residência fixa» visou, antes de mais, aumentar a capacidade de vigilância por parte das autoridades e reduzir as hipóteses de contacto entre aqueles «estrangeiros» («judeus», «subversivos», «imorais») e a população das maiores cidades portuguesas. A tolerância face às organizações internacionais de apoio – predominantemente judaicas e sedeadas nos EUA – decorreu da decisão do Governo de Lisboa, cumprida inflexivelmente até ao fim da guerra, de não aplicar quaisquer recursos próprios à satisfação de necessidades básicas ou outras dos refugiados.

Bem mais timorata ainda terá sido a forma como o Estado Novo lidou com o dossier «judeus portugueses» residentes em territórios sob domínio ou influência do Terceiro Reich. Mau grado, por um lado, a disponibilidade reiteradamente manifestada pelo Estado nacional-socialista; por outro, o facto de os diplomatas portugueses terem reivindicado sempre o direito de participar na gestão dos bens dessas pessoas quando os mesmos eram «arianizados», o Governo de Lisboa limitou a quantitativos ínfimos o número de judeus sefarditas residentes em França, Itália, Grécia e Holanda que foram aceites entre nós tendo

em conta uma remota origem portuguesa, a manutenção de traços culturais lusos ou a posse de documentação diplomática parcialmente válida. A aparente disponibilidade do «Chefe» da ditadura portuguesa para, em 1944, aceitar a intervenção de diplomatas portugueses na Hungria visando salvar judeus magiares da deportação e da morte resultou, precisamente, da certeza de que os «referidos israelitas» nunca viriam para o nosso país.

Talvez a vertente menos compreensível de todo este processo tenha, no entanto, sido a recusa do fascismo luso em reconhecer publicamente e em condenar o Holocausto, quer durante a sua concretização quer no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Demonstrada que está a não validade da hipótese segundo a qual o genocídio de grande parte dos cidadãos europeus de origem judaica só foi conhecido a partir de 1944, a atitude em causa encontrará explicação na prevalência de concepções anti-semitas, no receio em criticar publicamente o Terceiro Reich (entre 1941 e 1944), no empenhamento em não integrar o grupo de países que, a partir de 1944, passou a condenar absolutamente o Estado nacional-socialista e os regimes fascistas em geral.

Finalmente, talvez seja relevante observar que, mantendo Portugal até 1975 um perfil de Estado colonizador – e, conseqüentemente, de defensor da «superioridade rácica» e da «missão civilizadora» do nosso país e de outros povos europeus ou ocidentais em geral – o Estado Novo nunca apoiou a emigração de judeus europeus para a Palestina ainda sob administração britânica. Depois da criação do Estado de Israel em 1948, dificilmente a defesa do direito à autodeterminação e à independência por parte do povo palestino poderá explicar a recusa do fascismo luso em estabelecer relações diplomáticas com o Estado judaico, o que só veio a acontecer depois da nossa transição para a democracia no seguimento do Golpe Militar e Revolução de 25 de Abril de 1974. Estar-se-á perante mais duas manifestações implícitas de anti-semitismo num contexto de darwinismo social?

FILOSEMITISMO E DARWINISMO SOCIAL

No que diz respeito ao esforço de reconstituição e análise da relevância em Portugal dos fenómenos do darwinismo social e do anti-semitismo, o estudo dos discursos e das iniciativas de cariz filosemita poderá assegurar um contributo significativo. Em primeiro lugar porque permitem avaliar se também esta postura intelectual e político-ideológica foi – muito ou pouco – influenciada pelas mundividências darwinista social e nacionalista. Num outro plano, porque contribui para a identificação das actividades e do argumentário anti-semita com os quais muitas vezes polemizava explicitamente. Tal como em outros países, também entre nós concepções filosemitas foram assumidas por cidadãos de origem judaica e não judaica, portugueses ou estrangeiros (BENARUS, 1923; BENARUS, 1937; MILGRAM, 2010; PARNES, 2002; SCHWARZ, 1925; SCHWARZ & LITWINSKI, 1944).

Com alguma surpresa – ou talvez não –, verifica-se que a grande maioria dos textos filosemitas da autoria de não judeus caracteriza «os israelitas» a partir do paradigma dominante pelo menos entre meados do século XIX e meados do século XX. À semelhança do anti-semitismo, o filosemitismo incorpora a lógica uniformizadora e determinista do darwinismo social e do nacionalismo. «Os judeus» seriam um povo no essencial

homogéneo, com características muito positivas, elevado grau de auto-consciência e alto nível de integração das comunidades disseminadas pelos diversos países. Daí decorreria a natureza irracional e nociva do anti-semitismo, bem como as virtualidades do estabelecimento de relações de cooperação entre não judeus e judeus.

Portugal apresentar-se-ia, precisamente, como um exemplo paradigmático das consequências negativas da vigência durante séculos de valores e políticas anti-judaicas e anti-semitas no plano interno, do corte dos contactos com a diáspora judaica em geral no plano externo. Evocou-se a relação de causa/efeito entre o funcionamento da Inquisição e a perda de competitividade em áreas como a economia, a filosofia, a ciência e a tecnologia. Porque «os judeus» seriam bons empresários, filósofos e cientistas, uma das soluções para o «atraso luso» passaria, assim, pela reconstituição, «na Metrópole, Ilhas Adjacentes e Colónias», de uma forte comunidade judaica; pela dinamização dos contactos com as «lideranças judaicas à escala europeia e mundial.

Enquanto espelho do anti-semitismo, é já possível verificar que muitos dos discursos filosemitas produzidos entre nós por cidadãos de origem judaica visaram demonstrar a falsidade das acusações feitas «aos judeus» desde a Idade Média (anti-judaísmo): traição aos Estados cristãos e assassinato ritual de crianças, desrespeito por locais e objectos de culto católicos, envenenamento de poços e fontes, cobardia e preguiça, ganância e desonestidade, deformações físicas e falta de higiene. Tentavam, ainda, contestar as características atribuídas «aos judeus» desde o início da contemporaneidade (anti-semitismo): homogeneidade, inferioridade e malignidade rácica (física e intelectual); ódio aos cristãos e vontade de dominar o Mundo; estruturação de um plano e criação de instrumentos de controlo da humanidade (liberalismo e revolução, capitalismo e socialismo, guerra e pacifismo, nacionalismo hebraico e internacionalismo, Maçonaria e partidos/sindicatos subversivos, ortodoxia religiosa judaica e agnosticismo, consumismo e crise económica, prostituição e toxicod dependência, «arte degenerada»).

Argumentando pela positiva, os referidos textos e iniciativas procuram salientar o contributo dado por muitos judeus para o progresso dos respectivos Estados e países de acolhimento. Chamam igualmente a atenção para a enorme diversidade de características físicas – asquenazis, sefarditas e orientais –, perspectivas e modos de actuar (ortodoxos, reformistas e agnósticos; sionistas, assimilados e tradicionalistas; de esquerda, centro e direita; pobres, de classe média e ricos) existente no seio da diáspora judaica; para as inúmeras formas de violência de que têm sido vítimas os judeus ao longo da história e que se voltaram a repetir, de forma agravada, em sociedades supostamente mais desenvolvidas, abertas e garantísticas.

CONCLUSÃO

Apesar do – ou provavelmente devido ao – carácter embrionário do presente texto, talvez se tenha conseguido começar por defender a operatividade do modelo teórico segundo o qual, nas sociedades ocidentais contemporâneas, existe uma relação significativa entre darwinismo social, nacionalismo e anti-semitismo. Uma vez que Portugal conheceu

modalidades extremas de anti-judaísmo nos períodos medieval e moderno e que, na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, foi profundamente marcado pelo darwinismo social e pelo nacionalismo, dificilmente poderia ter sido imune a ideários e práticas anti-semitas. Mesmo tendo tido uma comunidade judaica muito pequena e, no essencial, conseguido reproduzir o secretismo e o isolamento dos núcleos de «marranos».

Propôs-se, igualmente, uma síntese, quer da leitura historiográfica e memorialística dominante entre nós, até ao fim da década de 1990, sobre as problemáticas do anti-judaísmo e do anti-semitismo (diferença radical entre o primeiro e o segundo fenómenos, quase ausência da segunda mundividência no Portugal contemporâneo), quer de novas interpretações historiográficas acerca dos objectos de estudo em causa. Referenciaram-se, também, diversos núcleos documentais que já estão a permitir e que poderão vir a implicar alterações significativas no modo como caracterizamos a atitude do Estado e da «sociedade civil» face «ao judeu» abstracto, bem como perante judeus, cripto-judeus e «marranos» concretos (portugueses, emigrantes ou refugiados).

Não sendo previsível que se venham a descobrir em Portugal vestígios abundantes de anti-semitismo segregacionista extremo e, menos ainda, genocidário, é, no entanto, possível que, no seguimento das revisões já consolidadas para o período da Segunda Guerra Mundial e do Holocausto, algo de semelhante aconteça para as décadas anteriores. Diferentemente do tradicional papel de país periférico e imbuído de um indiscutido «humanismo universalista», talvez o nosso país tenha sido um «Estado normal» onde os segmentos da população com acesso à cultura erudita cultivaram um anti-semitismo difuso e onde a junção entre essa mundividência e um anti-judaísmo crónico em certas culturas populares pode ter gerado situações de violência social anti-semita (reacção ao desafiante processo do «Resgate dos Marranos»).

DOCUMENTAÇÃO

AMEAL, João (s. d.) – *Breve resumo da história de Portugal*. Lisboa: [s. n.].

— (1940) – *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins.

AZEVEDO, João Lúcio de (1921) – *História dos cristãos novos portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

BENARUS, Adolfo (1923) – *Os judeus*. Lisboa: [s. n.].

— (1937) – *O antisemitismo*. Lisboa: [s. n.].

CORREIA, António Mendes (1941) – *A escola antropológica portuense*. Porto: IAUP.

LIMA, Joaquim Alberto Pires de (1940) – *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.

MACHADO, Fernando Falcão; NUNES, Júlio Catarino (1928) – *História de Portugal. Símula das lições magistrais de História de Portugal (1º Ano) pelo Exmo. Professor Senhor Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano lectivo de 1927/1928 na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Tipografia da Gráfica Conimbricense.

PERALTA, António da Silva Pena [Paulo de Tarso] (1928) – *Crimes da franco-maçonaria judaica*. Guarda: Empresa Veritas.

PEREIRA, António Serras (1928) – *Portugal na história da civilização*. Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior.

- PIMENTA, Alfredo (1936a) – *D. João III*. Porto: Livraria Tavares Martins.
- (1936b) – *Elementos de história de Portugal*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- PIMPÃO, Mário Júlio da Costa (1928) – *Portugal na história da civilização*, por António Serras Pereira. «Estudos», ano VII, n.º 75/76. Coimbra: Centro Académico da Democracia Cristã, p. 248-255.
- SAA, Mário (1925) – *A invasão dos judeus*. Lisboa: Libânio da Silva.
- SARDINHA, António (1915) – *O valor da raça*. Lisboa: Almeida, Miranda & Sousa.
- SCHWARZ, Samuel (1925) – *Os cristãos-novos em Portugal no século XX*. Lisboa: [s. n.].
- SCHWARZ, Samuel; LITWINSKI, Leon (1944) – *Anti-semitismo. Conferência*. Lisboa: [s. n.].
- SEQUEIRA, Francisco Pereira de; PEIXOTO, José de Lemos (1923) – *Os planos da autocracia judaica: Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto: Livraria Portuguesa.
- TAMAGNINI, Eusébio (1944) – *Contribuições para o estudo da antropologia portuguesa*. Coimbra: [s. n.].

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Rui (1990) – *Injustiça. O caso Sousa Mendes*. Lisboa: Editorial Caminho.
- ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de (2001) – *A construção da verdade autoritária (1937-1945)*. São Paulo: USP/Humanistas.
- BANKIER, David, ed. (2001) – *Probing the depths of german antisemitism*. Jerusalém: Yad Vashem.
- BANKIER, David; MICHAN, Dan, ed. (2010) – *Holocaust and justice*. Jerusalém: Yad Vashem.
- BARROS, Júlia Leitão de (1993) – *O fenómeno da opinião pública em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado.
- BREITMAN, Richard (2001) – *Os segredos do Reich que os Aliados sabiam*. Lisboa: Âncora Editora.
- BROWNING, Christopher Robert (1988) – *Ordinary men. Reserve Police Battalion 101 and the Final Solution in Poland*. Nova Iorque: Harper Perennial, 1998.
- (2004) – *The origins of the Final Solution*. Jerusalém: Yad Vashem.
- BRUCHFELD, Stéphane; LEVINE, Paul A. (2000) – *Contaí aos vossos filhos... Um livro sobre o Holocausto na Europa (1933-1945)*. Lisboa: Gótica.
- CANELO, David Augusto (1996) – *O resgate dos «Marranos» portugueses*. Belmonte: [s. n.].
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (2001) – *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Perspectiva.
- CLEMENTE, Manuel; FERREIRA, António Matos, coord. (2001) – *Religião e secularização (séculos XIX e XX)*. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3.
- CRUZ, Manuel Braga da (1998) – *O Estado e a Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- FRANCO, Manuela (1999) – *Judeus em Portugal*. In MÓNICA, Maria Filomena; BARRETO, António, coord. – *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. 8, p. 314-324.
- (2002) – *Uma influência portuguesa no Levante? A diplomacia ao serviço da propaganda do prestígio da República*. «Política Internacional», Outono/Inverno. Lisboa, p. 187-206.
- (2006) – *O melindre do problema sionista. Relações Portugal-Israel (1947-1977)*. «Relações Internacionais», n.º 11. Lisboa, p. 61-77.
- GARCIA, Maria Antonieta (1993) – *Os judeus de Belmonte. Os caminhos da memória*. Lisboa: UNL.
- GILBERT, Martin (1998) – *Israel: a history*. Londres: Doubleday, 1998.
- GUTMAN, Israel (2003) – *Holocausto y memoria*. Jerusalém: Yad Vashem.
- HAWKINS, Mike (1998) – *Social darwinism in european and american thought (1860-1945)*. Cambridge: CUP.
- JOLL, James (1982) – *A Europa desde 1870*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LOFF, Manuel (2004) – *As duas ditaduras ibéricas na nova ordem eurofascista*. Florença: Instituto Universitario Europeu. Tese de doutoramento, vol. 3.
- LOUÇÃ, António; PACCAUD, Isabel (2007) – *O segredo da Rua d'Ó Século*. Lisboa: Fim de Século.
- MARQUES, Daniel Cravino (2010) – *Portugal e Israel: o Estado Novo face à criação do Estado de Israel (1946-1953)*. Porto : Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.

- MARTINS, Jorge (2004) – *O moderno anti-semitismo em Portugal*. «Vária Escrita», n.º 11. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 291-336.
- (2006) – *Portugal e os judeus*. Lisboa: Editorial Vega, 3 vols.
- (2010) – *A República e os judeus*. Lisboa: Nova Vega.
- MEA, Elvira de Azevedo; STEINHARDT, Inácio (1997) – *Ben-Rosh. Biografia do Capitão Barros Basto, o «apóstolo dos marranos»*. Porto: Edições Afrontamento.
- MEDINA, João; BARROMI, Joel (1987/1988) – *O projecto de colonização judaica em Angola*. «Clio», vol. 6. Lisboa, p. 79-105.
- MEDINA, João (1994) – *O caso Dreyfus em Portugal*. «Revista da Faculdade de Letras», 5.ª série, n.º 16/17. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 115-231.
- MILGRAM, Avraham, ed. (2003) – *Entre la aceptación y el rechazo. América Latina y los refugiados judíos del nazismo*. Jerusalém: Yad Vashem.
- (2010) – *Portugal, Salazar e os judeus*. Lisboa: Gradiva.
- MINORIAS étnicas e religiosas em Portugal. *História e actualidade* (2003). Coimbra: FLUC.
- MUCZNIK, Lúcia Liba et al., coord. (2009) – *Dicionário do judaísmo português*. Lisboa, Editorial Presença.
- MÜHLEN, Patrick von zur (2012) – *Caminho de fuga Espanha-Portugal. A emigração alemã e o êxodo para fora da Europa de 1933 a 1945*. Coimbra: IUC.
- NINHOS, Cláudia Sofia (2011) – *As relações culturais e científicas luso-alemãs na «Europa do fascismo» (1933-1945)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Projecto de doutoramento.
- NUNES, João Paulo Avelãs; SEABRA, Jorge; AMARO, António Rafael (1993) – *O CADC de Coimbra, a democracia cristã e os inícios do Estado Novo (1905-1934)*. Coimbra: FLUC.
- NUNES, João Paulo Avelãs (1995) – *A história económica e social na FLUC (1911-1974)*. Lisboa: IIE.
- (2010) – *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*. Coimbra: IUC.
- (2011) – *Neo-darwinism and politico-ideological concepts in Portugal during the first half of the 20th century*. In PEREIRA, Ana Leonor et al., ed. – *Darwin, evolution, evolutionisms*. Coimbra: IUC, p. 151-155.
- PAIVA, José Pedro; MARCOCCI, Giuseppe (2013) – *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PARNES, Livia (2002) – *Présences juïves dans le Portugal contemporain (1820-1939)*. Paris: École des Hauts Études en Sciences Sociales. Tese de doutoramento, 2 vols.
- PEREIRA, Ana Leonor (2001) – *Darwin em Portugal: filosofia, história, engenharia social (1865-1914)*. Coimbra, Livraria Almedina.
- PHAYER, Michael (2000) – *The Catholic Church and the Holocauste (1930-1965)*. Bloomington: Indiana University Press.
- PIEDEDE, Filipe Agostinho Pinto da Costa Galvinas (2012) – *A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich: a «lição de Hitler» e a «lição de Salazar» na imprensa portuguesa (1930-1933)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado.
- PIMENTEL, Irene Flunser (1998a) – *O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX*. «História», 3ª série, n.º 3. Lisboa, p. 18-27.
- (1998b) – *Refugiados durante a II Guerra Mundial. Portugal, porto de abrigo?* «História», 3ª série, n.º 8. Lisboa, p. 16-25.
- (1999) – *O anti-semitismo português na primeira metade do século XX: marginal e importado*. «História», 3ª série, n.º 15. Lisboa, p. 42-53.
- (2008) – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PIMENTEL, Irene Flunser; NINHOS, Cláudia (2013) – *Salazar, Portugal e o Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates.
- PITA, Gabriel de Jesus (1995) – *A Igreja Católica perante o nacionalismo português do Estado Novo. A revista Lumen (1937-1945)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento, 2 vols.

- ROHR, Isabelle (2008) – *The spanish right and the jews (1898-1945)*. Londres: Sussex Academic Press.
- ROSAS, Fernando, coord. (1994) – *O Estado Novo (1926-1974)*. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 7.
- ROTHER, Bernd (2005) – *Franco y el Holocausto*. Madrid: Marcial Pons.
- SANTOS, Gonçalo Duro dos (2005) – *A escola de antropologia de Coimbra (1885-1950)*. Lisboa, ICS.
- SANTOS, Miguel Dias (2010) – *A contra-revolução na I República (1910-1919)*. Coimbra: IUC.
- SCHAFFER, Ansgar (2002) – *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão (1933-1940)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado.
- VIDAS poupadas. *A acção de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial* (2000). Lisboa: MNE.
- VITAL, David (2009) – *A people apart. The jews in Europe (1789-1939)*. Oxford: OUP.
- WINOCK, Michel (1982) – *Nationalisme, antisémitisme et fascisme en France*. Paris: Éditions du Seuil.